



Resumo de Notícias

20/01/2016 - Sinttel-ES

Desembargadora volta atrás e Telemont/Oi terá que cumprir Convenção Coletiva

E quem disse que Juiz não volta atrás em sua decisão?

E quem disse que Juiz não volta atrás em sua decisão? Mas foi isso que aconteceu no dia 07 de janeiro passado, mas só publicada nesta quarta-feira, dia 20/01, em um novo capítulo da Ação Trabalhista que o Sinttel move contra Telemont Engenharia de Comunicações SA por causa do malogro das negociações salariais de 2015/2016. A juíza relatora do TRT-ES, Cláudia Cardoso de Souza, percebeu que havia errado e, usando o que a Justiça chama de "juízo de retratação", voltou atrás em uma decisão tomada no início de novembro e que favorecia a empresa.

Isso só foi possível, depois que a juíza relatora analisou um recurso do Sinttel-ES, denominado Agravo Regimental, que questionava os fatos que balizaram sua decisão no Mandato de Segurança da Telemont/Oi. Agora, está valendo a liminar proferida pelo Dr. Ney, juiz da 8ª vara do trabalho.

Com tantos recursos de um lado e de outro e liminares ficou confuso. Mas o que tá valendo agora?

Vale, mas não é definitiva, pois precisa ser julgada pelos 11 juízes do TRT, a liminar dada pelo Juiz Ney Alves Pimenta Filho, da 8ª Vara do Trabalho de Vitória (primeira instância da Justiça do Trabalho) que obriga a Telemont/Oi a fazer o "pagamento dos reajustes salariais da Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016 com reflexos nas férias, abono(s), FGTS, 13º salário, adicional de periculosidade, adicional de horas extras, aviso prévio e eventual multa rescisória aos trabalhadores e também àqueles admitidos após à data-base, bem como os demais direitos, mais benefícios nela previstos, sob pena de multa global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês em que o descumprimento se repetir e que reverterá em benefício do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Resumindo para entender:

O Sinttel-ES propôs uma ação trabalhista pedindo à justiça que obrigasse a Telemont a cumprir a Convenção Coletiva de Trabalho das prestadoras de Serviços nas empresas de Telecomunicações. Isso aconteceu depois que a categoria, reunida em assembleia, rejeitou a proposta de

reajuste oferecida pela Telemont/Oi. A empresa não ofereceu mais nada e não queria pagar os pisos salariais que a Convenção Coletiva estabelece.

A ação foi julgada em primeira instância e a liminar, concedida pelo Dr Ney, aceitava quase todos os pedidos do Sinttel-ES. Dai a Telemont/Oi ingressou com um Mandado de Segurança, afirmando que o Sinstal (Sindicato das empresas prestadoras de serviço) não fez assembleia. Enganada, a juíza relatora do TRT, Cláudia Cardoso de Souza, aceitou os argumentos da empresa. A intenção da Telemont/Oi com o Mandado de Segurança foi derrubar a decisão proferida pelo juiz na 8ª Vara que foi favorável ao Sinttel-ES.

De primeiro, conseguiram, mas a juíza, ao analisar o recurso de Agravo Regimental do Sinttel-ES, voltou atrás e se retratou. Foi esta a decisão que foi publicada hoje.

Agora, a decisão da Relatora do TRT está de acordo com a decisão do Juiz da 8ª Vara.

É importante frisar: esta decisão ainda não é definitiva. Ainda haverá o julgamento do Mandado de Segurança da Telemont/Oi pelo Colegiado do TRT. E o juiz da 8ª Vara do Trabalho também vai proferir a sentença.

OU SEJA: esta decisão nos é favorável, mas não é definitiva. Estamos ganhando as batalhas, mas com luta, vamos obter o resultado positivo ao final.

Leia mais para entender como o Departamento Jurídico do Sinttel-ES tem trabalhado para defender os/as trabalhadores/as da Telemont/Oi contra a falta de reajustes e de uma proposta razoável para o fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho.

Telemont/Oi ganha Mandado de Segurança no TRT-ES:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/telemontoi-ganha-mandado-de-seguranca-no-trt-es/>

Justiça obriga Telemont/Oi a pagar salários da Convenção Coletiva:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/justica-obriga-telemontoi-a-pagar-salarios-da-convencao-coletiva/>



Resumo de Notícias

Nossa Opinião – Uma nova Lei para as telecom

Terminou na sexta-feira, dia 15, a consulta pública promovida pelo Ministério das Comunicações para receber as contribuições da sociedade à formulação de uma futura lei para o setor de telecomunicações.

As contribuições encaminhadas pelo Instituto Telecom, em parceria com o Clube de Engenharia, vão ao encontro de uma maior regulação do setor. Já as contribuições empresariais querem que a regulação seja quase inexistente. Esse debate não é novo, pois o empresariado continua considerando que a “mão invisível” do mercado alocará melhor os recursos do que o Estado impondo regras para garantir a universalização e qualidade dos serviços.

O Instituto Telecom concorda plenamente com a análise feita pela Proteste, que também enviou contribuições e cujo documento destaca “a ausência de debates preliminares com a sociedade, o que compromete a consistência e capacitação para contribuições e, consequentemente, um maior aproveitamento do processo como um todo; o pouco tempo – menos de dois meses – para a participação da sociedade, durante as festas de final de ano e férias, para tratar de temas técnicos e de alto grau de complexidade; bem como e especialmente a conjuntura política nacional que, publica e notoriamente, atinge o Congresso Nacional, podendo contaminar as decisões relativas à definição de um novo marco regulatório das telecomunicações”.

No que se refere às contribuições encaminhadas por nós e pelo Clube de Engenharia, no primeiro eixo, sobre o objeto da política pública, afirmamos: “a universalização do STFC em realidade não ocorreu em nosso país. Nossa penetração da telefonia fixa é pequena comparada com outros países, o que vem na verdade até impactando o crescimento da banda larga fixa que se utiliza da mesma infraestrutura. A alta assinatura básica juntamente com a competição com outros serviços, notadamente o SMP, fizeram com que a demanda do STFC não se manifestasse através dos anos. O AICE (telefone popular) nunca foi encarado com seriedade nem pela Anatel nem pelas Operadoras. E o subsídio cruzado foi o instrumento utilizado pelas operadoras para desenvolver a banda larga. Hoje em dia, novos acessos no STFC praticamente só surgem associados a combos e via prestadoras autorizadas. Sendo assim, acreditamos que existe campo para a expansão da planta de telefonia fixa associada a outros serviços, como por exemplo, a própria banda larga. Me-

tas de universalização poderiam ainda ser mantidas com menores valores de tarifa básica”.

Em relação ao segundo eixo, política de universalização, afirmamos que “o conceito de universalização, e todas as consequências do estabelecimento do regime público, deve ser obrigatoriamente estendido para abranger os serviços essenciais principalmente aqueles de suporte à banda larga. A legislação do FUST deveria prever sua utilização apenas para a finalidade de universalização de serviço público, não permitindo seu contingenciamento como ocorre atualmente. É importante frisar que, sendo recurso público, o FUST só pode ser utilizado em implementações que tenham as garantias que atualmente configuram os serviços em regime público”.

No terceiro eixo, Regime público versus Regime privado, defendemos que a banda larga, por ser um serviço essencial, precisa estar em regime público. “Para os serviços essenciais deve-se estabelecer políticas públicas que sejam adequadas ao seu pleno desenvolvimento em condições de adequação ao ambiente econômico e tecnológico do país. A adequação à contínua transformação tecnológica do setor, só poderá se dar por revisões da regulamentação que recupere eventuais desvios”.

Em relação ao quarto eixo, Concessão, “nosso mercado é ainda muito imaturo para conviver sem as concessões. A bibliografia sobre regulamentação e as experiências mundiais revelam que existem pros e contras na adoção de mais ou menos regulação no caminho do estabelecimento de uma competição justa e participativa. Mesmo assim, a todo momento surgem novos fatos que podem levar a mudanças de rumos nestas diretrizes até mesmo em ambientes bastante consolidados. O objeto deve estar focado na universalização da infraestrutura no atacado, de modo que o serviço no varejo possa ser prestado isonomicamente por prestadores de serviço que se utilizem dessa infraestrutura”.

Em outros temas destacamos “o documento da Proposta de Universalização da Banda Larga elaborado por entidades que constituem a “Campanha Banda Larga é Um Direito Seu!” e que pode ser visto na íntegra em: <http://campanhabandalarga.redelivre.org.br/proposta/>”.

Esperamos que, a partir dessas e outras contribuições, seja realmente aberto um grande debate com a sociedade para que possamos interferir na elaboração de uma lei que vá ao encontro do que pretende a maioria dos brasileiros.

Resumo de Notícias

20/01/2016 - Carta Maior

Chargista troca FHC por Lula e provoca inédita errata em Zero Hora

Desenho fazia referência a entrega de propina, mas vinculou o crime ao ex-presidente errado.



O jornal gaúcho Zero Hora, do Grupo RBS – afiliada da Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – protagonizou, nesta semana, nova polêmica no Estado ao publicar uma inédita retratação por um erro cometido em uma charge, assinada por Marco Aurélio.

No desenho, veiculado na edição da última sexta-feira (15), o cartunista ironiza o pagamento de US\$ 100 milhões em propina ao governo Fernando Henrique Cardoso, mencionado pelo ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró em depoimento para a Procuradoria Geral da República. A notícia veio a público no dia 11 de janeiro.

Só que a caricatura que ilustra a charge não é de Fernando Henrique Cardoso, mas do também ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nada teve a ver com o episódio. “O chargista Marco Aurélio trocou Fernando Henrique Cardoso por Lula na charge de sexta-feira. Zero Hora pede desculpas a seus leitores”, dizia o texto publicado na segunda-feira seguinte à “barriga” do jornalista.

“É uma situação inusitada, um fato inédito no mundo: o jornal pede desculpas por um erro em uma

charge! Uma charge pode ser ruim, agressiva, equivocada. Mas não existe uma charge errada, porque não é possível um jornal errar a opinião”, surpreende-se o também chargista e presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Augusto Schröder.

Embora Marco Aurélio ocupe um espaço de opinião, o desenho desinformava o leitor. “É como um erro grave de um médico, é inadmissível”, complementa o presidente da Fenaj.

Procurado pela Carta Maior, o grupo RBS não explicou a que se deveu o equívoco e nem por quantas pessoas o desenho passou antes de finalmente ser impresso no corpo do jornal. Mas afirmou, por e-mail, que vai tomar “providências para que o episódio não volte a acontecer”, sublinhando que o jornal mantém “um rígido processo de checagem das informações, que está em constante aprimoramento”.

O Instituto Lula, por sua vez, ironizou o episódio. Ao ser questionado sobre a avaliação do ex-presidente diante do desenho e da errata publicada, a instituição, também por e-mail, resumiu: “Lula não lê Zero Hora”. Não há definição sobre uma eventual ação jurídica diante do caso.



Resumo de Notícias

Desenho original segue publicado na página web

Apesar de ter admitido a falha no jornal impresso, Zero Hora não registrou a errata na internet. Pelo contrário, sua versão digital seguia apresentando o desenho original na editoria de opinião, sem nenhuma menção à troca de personagens, até a tarde do dia 20 de janeiro.

A reportagem pediu esclarecimentos sobre esse fato, mas a empresa não respondeu.

Mesmo que houvesse publicado o texto alertando o leitor sobre o erro, Schröder avalia que seria preciso retificar a charge, republicando-a com o personagem correto.

De fato, usualmente as erratas em jornais impressos tem como regra jamais reproduzir o texto original, apenas referi-lo para então afirmar: “diferentemente do que publicado na edição” – é uma maneira de evitar que o erro se propague.

Mas Zero Hora fez diferente neste caso, e republicou o desenho original junto com o texto indicando o equívoco em uma seção extraordinária chamada “Correções” – foram registrados outros dois problemas editoriais na coluna, naquele dia.

“Ao reproduzir o desenho com Lula, o jornal reforça uma mensagem”, lamenta Schröder.

Cartunista sofre críticas também por mau gosto

Embora tenha sido a primeira vez que um desenho de Marco Aurélio tenha gerado uma errata no corpo do jornal, o cartunista é frequentemente criticado por leitores e por colegas de profissão.

Dono de um traço um tanto grosseiro, não raras vezes o desenhista é alvo de contestações por piadas consideradas sem graça e até de mau gosto – caso de uma caricatura que insinuava que a presidenta Dilma Rousseff estava gorda (no desenho, Lula dizia que teve que carregar muito peso ao mencionar as férias na praia da mandatária brasileira).

Em outro episódio, a secretaria estadual de mulheres do PT chegou a lançar uma nota de repúdio por um desenho que ironizava os pênaltos contra Dilma – só que a chefe do Executivo brasileiro era apresentada com marcas de agressão junto a outras mulheres em uma fila da delegacia da mulher.

“Esse cartunista é muito ruim, não consegue desenhar, pensar, e agora tem tido dificuldade até em manter o bom senso. E temos muitos desenhistas de primeira linha em Porto Alegre que poderiam ocupar esse espaço nobre. Ou seja, ele não está lá pela qualidade do trabalho, mas por outros interesses”, condena Schröder.

Há muitas menções no mercado jornalístico gaúcho de que Marco Aurélio contaria com a proteção da família Sirotski, que comanda o grupo.

Em todo o caso, não é a primeira vez que um erro de informação envolve o ex-presidente Lula em falsas acusações na imprensa. “Acontece muito”, afirma o Instituto Lula.

“Se a falha se deveu à ignorância do cartunista, se ele não sabia que quem havia sido acusado de receber propina era outro ex-presidente, isso evidencia a linha ideológica que é visível no jornal: parecia lógico que fosse Lula, porque é o que se lê o tempo todo”, conclui o presidente da Fenaj.

Resumo de Notícias

21/01/2016 - Sinttel-ES

O papel da mídia na atual 'crise' brasileira

A mídia se tornou um partido que passou a atuar no jogo político de maneira privilegiada, sem precisar de votos ou prestar contas aos seus eleitores.



1. Parece haver um problema de matriz cultural interferindo no cotidiano da política brasileira.

Durante décadas fomos educados para respeitar o que se apresentava na forma impressa, assumindo como verdadeiras as suas notícias, informações e, eventualmente, suas (raras) opiniões. Jornais, revistas e outros tipos de publicação gozavam de um respeito reverencial, o qual era transferido aos jornalistas, editores, diagramadores e até linotipistas, todos profissionais envolvidos na nobre missão de (bem) informar.

Os jornalistas brasileiros eram profundamente respeitados e admirados pelos diversos segmentos populacionais que dependiam do acesso aos órgãos da imprensa para obter informações confiáveis. E que sabiam reconhecer a veracidade e o estilo da escrita destes profissionais.

Com o advento das mídias eletrônicas (rádio e televisão) a partir do século passado, esse sentimento de respeito e admiração transferiu-se para os profissionais dessas novas áreas.

Em reciprocidade, havia um profundo respeito desses profissionais para com os seus leitores, radiouvintes e telespectadores. Para com o seu público, enfim.

Esse acordo informal entre os jornalistas e o público consumidor de notícias, baseado na verdade e na decência, raramente era descumprido. Havia uma ética

implícita nesse relacionamento.

Como esperado, muitos jornalistas que alcançavam notoriedade profissional enveredavam pela política. São vários os exemplos desse fato. Positivos e negativos. Esse entrelaçamento entre jornalismo e política não causou maiores prejuízos aos comunicadores, nem tampouco à política ou à gestão pública. E a comunicação social passou a ser exercida de maneira mais cuidadosa. E na medida que a Comunicação passou a ser algo mais complexo e ganhou as cátedras acadêmicas, os jornalistas assumiram maior importância no âmbito da sociedade.

O que viria a acarretar profundas mudanças nesse relacionamento respeitoso entre os órgãos de comunicação e os seus fiéis seguidores foi a percepção crescente da importância da Informação numa sociedade agora essencialmente urbana e industrializada, que ao adquirir novos hábitos culturais, tornou-se uma sociedade de consumo de massa.

A TV, o rádio, o jornal e as revistas assumiram gradativamente o papel de orientadores desse consumo. E perceberam que era facilmente alcançável orientar outras escolhas dessa sociedade "em trânsito".

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/o-papel-da-midia-na-actual-crise-brasileira/>



Resumo de Notícias

20/01/2016 - Vermelho

Stiglitz: Banco Central do Brasil estrangula economia do país

Prêmio Nobel de Economia, o norte-americano Joseph Stiglitz afirmou que o Banco Central do Brasil “estrangula a economia do país”. Segundo ele, a atual política monetária está agravando os problemas existentes. Em entrevista a O Estado de S. Paulo, Stiglitz destaca que aumentar juros só tem efeito para reduzir uma inflação de custos “matando a economia”. As declarações foram dadas pouco antes de o Copom decidir, nesta quarta (20), sobre o futuro da taxa básica de juros da economia.

“Vocês têm uma das mais altas taxas de juros no mundo. Se o Brasil reagisse à queda no preço das exportações com medidas contracíclicas, o país talvez pudesse ter evitado a intensidade da atual crise. Outra questão é que, sempre que ocorrem escândalos de corrupção da magnitude do que acontece agora no Brasil, a economia é jogada para baixo. Isso cria uma espécie de paralisia”, afirmou o economista, ao analisar os atuais problemas da economia verde-amarela.

De acordo com ele, a política monetária deveria se contrapor aos impactos na economia impostas pela Operação Lava Jato e pela queda no preço das commodities. “O sistema legal no Brasil está colocando muita gente na prisão. Não estou dizendo que não deveriam fazer isso, mas a política monetária deveria reconhecer que este é um período em que haverá restrição de gastos, particularmente no setor público, em que as pessoas serão mais cautelosas em tomar decisões, em que a construção civil vai se contrair”.

“Teoria desacreditada”

Stiglitz rechaçou a ideia – que tem guiado as escolhas do Banco Central – de que é preciso, de qualquer forma, elevar juros para controlar preços. “Esse modelo que diz que, se a inflação está alta, você sobe os juros é uma teoria que foi desacreditada. É preciso saber qual é a fonte da inflação. Se for excesso de demanda, aí você sobe os juros, porque tem que moderar a demanda. Mas se for um impulso por custos, você tem que ser cuidadoso. Nesse caso, a forma pela qual a alta de juros reduz a inflação é matando a economia”, disse.

Segundo ele, nesse caso, “se você conseguir de-

semprego o suficiente, os salários são deprimidos, e você segura a inflação”. Stiglitz disse que não é bom ter uma inflação descontrolada, mas também não se deve matar a economia. “E eu acho que eles [do BC brasileiro] perderam esse equilíbrio”, avaliou.

Questionado pelo jornal se a culpa dos problemas econômicos seria da política fiscal ou do Banco Central, o economista ressaltou que, quando a economia desacelera, as receitas tributárias caem e ocorrem déficits. “Se a economia for estimulada, a receita sobe. Dessa forma, a política monetária pode ajudar a política fiscal”, declarou.

“Vocês têm dois problemas: o colapso do preço das exportações e o escândalo de corrupção. O que eu disse é que a política monetária deveria se contrapor a esses fatores, mas, em vez disso, ela está agravando o problema”.

Desigualdade e crise global

Em relação ao quadro mundial, Stiglitz avaliou que a economia terá desempenho em 2016 igual ou pior ao de 2015. “Há falta de demanda agregada global. Mesmo antes da crise, o que sustentava a economia americana era uma bolha artificial. Se não fosse por ela, a economia teria sido fraca”, destacou.

Segundo ele, há quatro motivos para a demanda reduzida. “A primeira é a desigualdade. As pessoas no topo não gastam tanto (como parte da sua renda) quanto as pessoas na base. Então, à medida que a desigualdade cresce, a demanda se enfraquece”, explicou.

Em segundo lugar, apontou, há transformações estruturais acontecendo em quase todos os países. “Nos EUA, a transição da indústria manufatureira para os serviços; na China, das exportações para a demanda interna. Mas os mercados são duros em conduzir essas transições. Tem sempre gente que fica para trás, o que contribui para a desigualdade. Os setores que ficam para trás não podem demandar bens”, diagnosticou.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275273-2>

Resumo de Notícias

20/01/2016 - CUT

Querem privatizar nossas estatais

Sob pretexto de combater a corrupção, tucanos querem abrir patrimônio do País ao mercado financeiro



O pacote de retrocessos que passou pelo Congresso Nacional em 2015 voltará à agenda em 2016. Entre eles, o PLS 555/15, conhecido como "Estatuto das Estatais", representa uma ameaça a empresas públicas, como a Caixa Econômica, Petrobrás, BNDES e Correios.

O Estatuto das Estatais reúne um substitutivo ao PL 167/2015, do senador Tasso Jereissati (PSDB), e uma referência ao PLS 343/2015, do também senador Aécio Neves (PSDB).

Com o argumento de que o projeto preza pela "transparência" nas gestões, os tucanos determinam no texto que as "empresas públicas e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima". O Estatuto das Estatais, portanto, respeita a tradição privatista do PSDB, que durante os anos 90 entregaram o País à iniciativa privada.

Consequências

O PLS 555, caso seja aprovado, vai estabelecer um estatuto padrão para todas as empresas públicas,

sejam elas municipais, estaduais ou federais. O projeto não leva em consideração o fato de que as gestões e estruturas dessas estatais são distintas.

O projeto prevê que o Conselho Administrativo das estatais deve ter a presença de 20% de conselheiros "independentes". Porém, o texto não explica de quem o conselheiro deve ser independente, oferecendo uma margem generosa para interpretações. Dessa forma, o caminho ficaria aberto para, por exemplo, se inserir nas estatais profissionais das empresas interessadas em operar no setor.

Protesto

Com a possibilidade de ser votado já no dia 02 de fevereiro, quando os parlamentares retornam do recesso, o Comitê em Defesa das Estatais anunciou seminário sobre o PLS 555.

O seminário ocorrerá no Hotel San Marco, em Brasília, na próxima quarta-feira (27), das 9h30 às 17h. O evento contará com o apoio da CUT e outras centrais sindicais.